

Programa de Pós-Graduação: Mestrado e Doutorado em Administração (PPGA)

Disciplina: Arranjos Intermunicipais e Desenvolvimento Regional

Professor(es): Luis Paulo Bresciani

Carga horária: 30 horas

Créditos: 10 créditos

(X) Eletiva () Obrigatória

Ementa:

A disciplina tem como focos de estudo os arranjos governamentais cooperativos, os processos de associativismo territorial e a governança pública colaborativa, destacando suas implicações para trajetórias de desenvolvimento regional.

Objetivos:

A disciplina tem como objetivo abordar o debate acadêmico e os desafios contemporâneos colocados aos arranjos governamentais cooperativos, com destaque para Consórcios Intermunicipais, Consórcios Interestaduais, Agências de Desenvolvimento Regional e Arranjos de Desenvolvimento da Educação.

Conteúdo:

1. O associativismo territorial e a cooperação intergovernamental
2. O marco legal dos consórcios públicos
3. Os consórcios públicos intermunicipais
4. Os consórcios públicos interestaduais
5. As agências de desenvolvimento regional
6. Os arranjos de desenvolvimento da educação
7. Implicações da cooperação intergovernamental para o desenvolvimento regional

Metodologia:

A disciplina é construída em torno de aulas expositivas, revisão da literatura contemporânea, análises de casos reais, debates com gestores e especialistas no tema, além de uma visita técnica.

Avaliação:

Será composta pela elaboração de notas de leitura e um ensaio final sobre caso empírico de associativismo territorial.

Referências:

ABRUCIO, F.L.; SANO, H. A experiência de cooperação interestadual no Brasil: formas de atuação e seus desafios. In: Cadernos Adenauer XII, nº 4. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012. P.91-110.

ABRUCIO, F.L.; SANO, H.; SYDOW, C.T. Radiografia do associativismo territorial brasileiro: tendências, desafios e impactos sobre as regiões metropolitanas. In: KLINK, J. (org.). Governança das metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas. São Paulo, Annablume, 2010.

BEL G. et alii. Does cooperation reduce service delivery costs? Evidence from residential solid waste services. *Journal of Public Administration Research and Theory* 24(1):85–107, December 2012.

BEST, N. A experiência do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano. In: *Cadernos Adenauer XII*, nº 4. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012. P.179-202.

BRASIL. Lei 11.107, de 6 de abril de 2005. Brasília, Casa Civil da Presidência da República, 2001. /Lei de Consórcios Públicos/. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm]. Acesso em: 14 nov 2021.

BRASIL. Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Brasília, Casa Civil da Presidência da República, 2007. /Regulamenta a Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos./ Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm]. Acesso em: 14 nov 2021.

BRESCIANI, L.P. O mapa do caminho: desafios, planejamento e atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In: LEAL, C.F.C. et alii (org). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste. Rio de Janeiro, BNDES, 2015. /p.390-409/

BRITTO, A.L.N.P. et alii. Experiências de cooperação interfederativa no Brasil. Reflexões a partir de um estudo comparativo de consórcios intermunicipais de saneamento básico. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, julho/ dezembro 2016, p. 159 a 180.

CARNEIRO, J.M.B.; DILL, G. Arranjos federativos regionais na Alemanha e o papel articulador dos *Landkreise*. In: *Cadernos Adenauer XII*, nº 4. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012. P.57-76

CRAVACUORE, D. El asociativismo intermunicipal. In: CRAVACUORE, D.; CHACÓN, A. El Asociativismo Intermunicipal en América Latina. Santiago, Ediciones Universidad Tecnológica Metropolitana, 2016.

CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL. Ações conjuntas para problemas comuns. Campo Grande, Consórcio BrC, 2018.

FERNANDES, A.S.A. et alii. Uma análise dos consórcios intermunicipais para serviços de tratamento de resíduos sólidos a partir da ação coletiva institucional. *REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*, Rio de Janeiro, 54(3):501-523, maio - jun. 2020.

GRIN, E.J. Federalismo, governança e cooperação intermunicipal no Brasil: um balanço da literatura. In: Carneiro, J.M.B.; Brito, E.S. (org). Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais. São Paulo, Oficina Municipal, 2019. /p.37-54/

GRIN, E.J.; SEGATTO, C.I.; ABRUCIO, F.L. El asociativismo intermunicipal en Brasil. In: CRAVACUORE, D.; CHACÓN, A. El Asociativismo Intermunicipal en América Latina. Santiago, Ediciones Universidad Tecnológica Metropolitana, 2016.

HENRICHES, J.A. Mapeamento dos consórcios públicos brasileiros. Brasília, CNM, 2018.

JULIÃO, K.S. Cooperação intergovernamental na saúde: os Consórcios Públicos de Saúde no Ceará como estratégia de coordenação estadual. In: Carneiro, J.M.B.; Brito, E.S. (org). Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais. São Paulo, Oficina Municipal, 2019. /p.141-158/

LUI, L. Cooperação interfederativa e Regionalização da saúde: a atuação dos consórcios intermunicipais no Rio Grande do Sul. In: Carneiro, J.M.B.; Brito, E.S. (org). Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais. São Paulo, Oficina Municipal, 2019. /p.127-140/

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et alii. Arranjos cooperativos intergovernamentais. Brasília, PNUD, 2020.

SPINK, P.K. The inter-municipal consortia in Brazil: an institutional introduction. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Oct. 2005.

STRELEC, T.C. Para além da experiência brasileira: experiências internacionais de cooperação intergovernamental. In: Carneiro, J.M.B.; Brito, E.S. (org). Consórcios Intermunicipais e Políticas Públicas Regionais. São Paulo, Oficina Municipal, 2019. /p.55-70/

STRELEC, T.C. Modalidades de acordos de cooperação intergovernamentais no Contexto educacional brasileiro: tendências e causalidades. Anais do III ENEPCP, Natal, UFRN, 2019.

SWIANIEWICZ, P.; TELES, F. The institutionalization of inter-municipal arrangements in Europe: findings from the unusual suspects. Transylvanian Review of Administrative Sciences, N. 57, 2019, pp. 119-136.